

Sem Justiça a Democracia é algo de impossível

Publicado em 2025-09-10 14:10:10

JUSTIÇA EM PORTUGAL

CELERIDADE, IGUALDADE,
RESPONSABILIZAÇÃO

OPINIÃO • PORTUGAL • ESTADO DE DIREITO

Justiça em Portugal: Entre o Medo da Ditadura e a Farsa Democrática

por Francisco Gonçalves • 10 setembro 2025

Da justiça-instrumento do Estado Novo à justiça-labirinto da democracia, persiste a mesma ferida: o cidadão comum continua desprotegido. Mudaram os ritos, mudou a retórica; o que não mudou foi a desigualdade no acesso e no desfecho.

A justiça sob o Estado Novo

Na ditadura, a justiça servia o poder. A PIDE/DGS perseguia, prendia e torturava; tribunais eram extensão do regime, com

dois pesos e duas medidas. Para o povo pobre e analfabeto, justiça era distante e temível. Havia disciplina processual em matérias cíveis, sim — mas ao preço da liberdade e da dignidade.

Meio século depois: a promessa por cumprir

Com o 25 de Abril, esperou-se uma justiça **imparcial, célere e transparente**. O que temos é outra coisa: **morosidade crónica**, custos proibitivos, formalismo excessivo, desigualdade no acesso e resultados. Os poderosos dispõem de tempo, dinheiro e equipas; os fracos têm pressa, contas e silêncio.

*“Julgamos depressa quem rouba um pão;
adiamos décadas quem rouba milhões.”*

Dois pesos, dois sistemas

Os processos complexos arrastam-se, prescrevem, desfazem-se em technicalidades. O cidadão comum enfrenta prazos, taxas e um labirinto procedimental que sufoca. A sensação que se instala é corrosiva: a justiça existe, mas não é para todos — e raramente é para os de cima.

O paradoxo democrático

Em democracia, justiça lenta é injustiça. Um sistema que não cumpre prazos razoáveis, que falha na recuperação de ativos, que não trata igual o que é igual, **mina o próprio Estado de direito**. Direitos proclamados sem garantia efetiva são retórica — e a retórica não repara vidas.

Três reformas inadiáveis

- 1) Celeridade com metas e meios.** Prazos processuais vinculativos, gestão ativa do juiz, equipas multidisciplinares e digitalização útil (sem burocracia extra).
- 2) Igualdade no acesso.** Custas proporcionais ao rendimento, apoio judiciário eficaz, simplificação radical de procedimentos e linguagem.
- 3) Responsabilização.** Avaliação transparente de desempenho, combate a "estrangulamentos" sistemáticos, recuperação efetiva de ativos em crimes económicos.

Conclusão

Entre o medo da ditadura e a farsa democrática, Portugal continua órfão de justiça. Não basta proclamar direitos — é preciso garanti-los. Só com **celeridade, igualdade e responsabilização** devolveremos dignidade a quem dela mais precisa e honraremos a promessa de Abril.



Fragmentos do Caos: [Blogue](#) • [Ebooks](#) • [Carrossel](#)

👁 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)